

INFÂNCIA E POBREZA EM CONTEXTOS DE VIDA: A PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS

CHILDHOOD AND POVERTY IN CONTEXTS OF LIFE: THE PERSPECTIVE OF CHILDREN

INFANCIA Y POBREZA EN CONTEXTOS DE VIDA: LA PERSPECTIVA DE LOS NIÑOS

Marlene Schüssler D'Aroz

<http://orcid.org/0000-0002-8017-5681>

Carla Luciane Blum Vestena

<https://orcid.org/0000-0002-8655-7840>

Resumo: A Infância tem conceito socialmente variável no espaço e no tempo. A infância pobre tende a multifacetar as causas e os contextos que recaem sobre a criança. Este estudo tem como objetivo apresentar perspectivas sobre a infância de crianças socialmente vulneráveis do Sul do Brasil por meio de pesquisa qualitativa e exploratória. Com base no método clínico de Piaget, foram entrevistadas 100 crianças com idades entre 8 e 12 anos, matriculados em uma escola pública municipal da cidade de Gurapuava, estado do Paraná, Brasil, participantes do Programa Federal Bolsa Família. Os dados apresentados foram sistematizados, considerando oito categorias sobre a pobreza e suas variáveis. Os dados indicam que apesar dos avanços sociais, cada vez mais crianças e adolescentes são expostas a diferentes situações de vulnerabilidade social tendo como causa a pobreza. Como resultados observou-se que as crianças têm clareza sobre as dificuldades consequentes dessa condição e indicam a necessidade de emprego/trabalho como solução para a pobreza. A família é citada como contexto de proteção ainda que vulnerável. A escola representa contexto de satisfação e proteção. Necessita-se avaliar as políticas públicas para a infância como garantia de melhores condições de vida familiar e oportunidades de superação das diferenças e exclusões sociais, tendo em vista o desenvolvimento humano saudável.

Palavras chave: Infância. Pobreza. Qualidade de vida. Contextos de vida.

Abstract: Childhood has a socially variable concept in space and time. Poor childhood tends to multifacetar the causes and contexts that fall on the child. This study aims to present perspectives on the childhood of socially vulnerable children in the South of Brazil through qualitative and exploratory research. Based on the clinical method of Piaget, 100 children aged 8 to 12 years old were interviewed, enrolled in a municipal public school in the city of Gurapuava, state of Paraná, Brazil, participants in the Federal financial help Program. The data presented were systematized, considering eight categories on poverty and its variables. The data indicate that despite the social advances, more and more children and adolescents are exposed to different situations

of social vulnerability as a result of poverty. As results it was observed that children have clarity about the difficulties resulting from this condition and indicate the need a job as a solution to poverty. The family is cited as a protective and vulnerable context. The school represents a context of satisfaction as protection. It is necessary to evaluate public policies for children as a guarantee of better family life and opportunities to overcome social differences and exclusions, in view of healthy human development.

Keywords: Childhood. Poverty. Quality of life. Contexts of life.

Resumen: La Infancia tiene un concepto socialmente variable en el espacio y en el tiempo. La infancia pobre tiende a multifacilar las causas y los contextos que recaen sobre el niño. Este estudio tiene como objetivo presentar perspectivas sobre la infancia de niños socialmente vulnerables del Sur de Brasil por medio de investigación cualitativa y exploratoria. Con base en el método clínico de Piaget, fueron entrevistadas 100 niños de edades entre 8 y 12 años, matriculados en una escuela pública municipal de la ciudad de Gurapuava, estado de Paraná, Brasil, participantes del Programa Federal Bolsa Familia. Los datos presentados fueron catalogados, considerando ocho categorías sobre la pobreza y sus variables. Los datos indican que a pesar de los avances sociales, cada vez más niños y adolescentes están expuestos a diferentes situaciones de vulnerabilidad social teniendo como causa la pobreza. Como resultados se observó que los niños tienen claridad sobre las dificultades consecuentes de esa condición e indican la necesidad de empleo/trabajo como solución a la pobreza. La familia es citada como un contexto de protección y también de vulnerabilidades. La escuela representa un contexto de satisfacción y protección. Se necesita evaluar las políticas públicas para la infancia como garantía de mejores condiciones de vida familiar y oportunidades de superación de las diferencias y exclusiones sociales, teniendo en vista el desarrollo humano sano.

Palabras clave: La infancia. La pobreza. Calidad de vida. Contextos de vida.

INTRODUÇÃO

A infância vivida hoje mudou significativamente em relação aos séculos anteriores. Naquele período, não se falava da infância, assim mesmo a família e a sociedade se preocupavam com essa fase da vida (DEL PRIORE, 1992; ARIÈS, 1978; SARMENTO, 2010). Só recentemente, pode-se dizer que a família assumiu a infância como uma etapa importante da vida, e a sociedade passou a perceber as necessidades de cuidado, proteção, educação e políticas públicas. Sarmento (2010) identifica o Séc XX como o período no qual a criança surgiu como o centro das atenções e público-alvo de diversas políticas públicas e leis.

A pobreza não é condição recente. Para muitas famílias, têm andado lado a lado desde os tempos primórdios e tem causas diversas, entre estas, a baixa escolaridade, fator fundamental para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Se compararmos situações de vida familiar vividas em séculos anteriores, as condições de pobreza e de vulnerabilidade social e pessoal pouco mudaram (RIZZINI, 2015; GARCIA, 2011), afetando diretamente as famílias e as crianças, principalmente, as que vivem em contextos sociovulneráveis.

No Brasil, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a criança e o adolescente foram colocados na pauta dos direitos e da garantia da sua efetivação. Entre os direitos, a convivência familiar e comunitária, a saúde, a segurança, a educação.

A família é o primeiro contexto de desenvolvimento humano, nela a criança tem o primeiro contato com seus outros. A escola vem em segundo lugar. Para as crianças participantes deste estudo, o contexto escolar é apresentado como o lugar tranquilo para estar.

O objetivo deste estudo é desenvolver reflexões acerca do papel da pobreza na infância, partindo de perspectivas de crianças. Para tanto, será apresentado, num primeiro momento, diálogos com a teoria sobre a infância abrangendo a pobreza. Em segundo, da discussão sobre a qualidade de vida de famílias no Sul do Brasil e da presença da escola. Com isso, o estudo visa investigar como as crianças percebem a pobreza e a qualidade de vida no contexto em que transitam.

Neste sentido, o presente estudo fundamenta-se em diferentes vertentes que identificam as crianças de famílias com baixa qualidade de vida, principalmente, no que se refere aos aspectos sobre a pobreza. Busca-se, num cenário político, econômico, social e educacional marcado pelas desigualdades e incertezas, conhecer o que pensam as crianças sobre a situação em que vivem, tendo como ponto de partida a seguinte questão investigativa: qual o papel da pobreza na infância, na visão de crianças do Sul do Brasil?

INFÂNCIA E POBREZA

Quem eram as crianças? Como viviam e o que faziam? Como vivem hoje? São perguntas que mudaram ideais e conceitos ao longo dos séculos. Todavia, apesar dos significativos avanços até aqui, ainda estamos buscando algumas respostas.

Del Priore (1992) nos lembra que, em séculos anteriores, tanto as crianças pobres quanto as abastadas não eram vistas ou entendidas como tais. Eram duplamente mudas: não eram percebidas, nem ouvidas. Nem falavam, nem delas se falava. No sentido de Ariès (1978), recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de ausência de fala. Nasceram e morriam sem serem percebidas ou lembradas. Viravam anjos. Quando indesejadas ou consideradas um peso para as famílias, eram deixadas em algum lugar ou na roda de expostos, uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Inventado na Europa medieval, a roda, diz Del Priore (1992), foi um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim oportunizar algumas crianças viver. Entretanto, nem todas tinham essa sorte, muitas eram abandonadas nos bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, quando não morriam de fome, de frio ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas (DEL PRIORE, 1992, 2012).

Para o período, cuidar de uma criança dava muito trabalho, tanto para as famílias, quanto para o poder público. Assim, abandonar era uma das opções praticadas e observadas desde a história da colonização brasileira. Com sorte, as mais abastadas eram atendidas e cuidadas por amas ou escravas, enquanto que as crianças pobres sobreviviam à própria sorte. Quem acolhia criava por caridade ou por compaixão. Quem conseguia chegar aos 8-10-12 anos trabalhava como um adulto. No Séc XIX, a maioria se verificava aos

12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos, aos sete anos já é a idade da razão. O menino não era anjo e nem era homem, não carecia de cuidados. A menina não escolhia ser menina: ainda criança, era requisitada para o trabalho doméstico e, em alguns casos, para a prostituição (DEL PRIORE, 1992). Cresciam sem entender o ciclo da vida, o que significava viver, ter infância, direitos, cuidados, proteção (ARIÈS, 1978).

A criança não tinha vida em família e tampouco vida social. Apenas muito recentemente, tem-se discutido e refletido sobre os modos de subjetivação da infância enquanto ativamente envolvida na trama social e pobre.

Para o sociólogo da infância, Sarmiento (2017, p. 26), “as concepções construídas historicamente sobre a infância, baseadas numa perspectiva adultocêntrica, tanto esclarecem como ocultam a realidade social e cultural das crianças”. O mesmo autor afirma ser recente o interesse histórico pela infância.

Em estudos de Corazza (2002, p. 81), a história da infância revela um silêncio histórico, não pela sua ausência, mas devido a que, no período correspondente à Antiguidade e à Idade Moderna inexistir a discussão sobre o que hoje chamamos infância, nem esta figura social e cultural chamada “criança”.

Quem apresenta importantes contribuições para o estudo das imagens e concepções da infância ao longo da história é o historiador francês Philippe Ariès (1978). Sobre as suas afirmações foram tecidas algumas críticas, mas foi a sua obra o marco para entendermos a infância como categoria da modernidade, razão pela qual não deve ser compreendida fora da história da família e das relações de produção.

O período da infância pode ser compreendido por diferentes conceitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) designa como criança toda pessoa até 12 anos de idade incompletos. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a idade correspondente à criança vai de 0 a 10 anos, considerando etapas de desenvolvimento. Dados do Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF, 2016) tratam a infância como período que vai do nascimento aos 10 anos, sendo dos 10 aos 14 anos a fase inicial/pré-adolescência.

Com base na Psicologia, Rizzini et al (2015) conceituam a infância em etapas relativas:

Período de vida que vai do nascimento à adolescência, extremamente dinâmico e rico, no qual o crescimento se faz, concomitantemente, em todos os domínios, e que, segundo os caracteres anatômicos, fisiológicos e psíquicos, se divide em três estágios: primeira infância de zero a três anos; segunda infância, de três a sete anos; e terceira infância, de sete anos até a puberdade (p. 763)

As autoras complementam dizendo que, durante o processo de desenvolvimento, outras infâncias desbotaram como a infância de papel e tinta: a infância retratada por Gilberto Freyre e Monteiro Lobato, a infância com necessidades educacionais especiais, a diversida-

de, a interculturalidade, a identidade sexual, infância e casamento, a educação e a escola, enquanto a criança quer ser apenas criança (RIZZINI et al., 2015).

O período da modernidade trouxe significativas mudanças para as questões da infância. Nele, estabeleceram-se alguns procedimentos configuradores da administração simbólica, condicionando e direcionando a vida das crianças em sociedade.

Para Sarmento (2005), é preciso ter em mente que a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica. Ao falar da infância, Sarmento conclui:

As crianças de ontem e mais precisamente, as de hoje são competentes e têm capacidade de formularem interpretações da sociedade, dos outros e de si próprios, da natureza, dos pensamentos e dos sentimentos, de o fazerem de modo distinto e de o usarem para lidar com tudo o que as rodeia (p. 373).

As crianças, para o mesmo autor (2005), “[...] são seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças” (p. 370). Em consenso ao já exposto sobre “social”, “Vygotski (1997) postulava que a palavra “social” tem um significado importante para o desenvolvimento da criança, pois tudo que é cultural é social, assim a cultura é um produto da vida e da atividade social do homem” (p. 7).

Evoluíram os conceitos e com eles a transmissão da pobreza. A cada geração, ficam mais evidente as consequências desses fatores na infância. Só recentemente, os problemas da infância passaram a ser palco das discussões educacionais e políticas, ainda que longe do ideal.

Os primeiros direitos da criança constam do documento dos Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos de 1950, seguidos da Constituição Cidadã de 1988. Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a carta magna internacional assinada pelo Brasil em 1990, entende-se por infância o período de vida de todo indivíduo com menos de dezoito anos de idade, “[...] salvo se, em virtude da lei que lhe seja aplicável, tenha atingido antes a maioridade”.

As crianças são, segundo a Organização das Nações Unidas para a Infância, as pessoas “[...] especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade no País.” (UNICEF, 2014). Em 2015, o quadro apresentado pelo UNICEF mostra que no Brasil as famílias pobres somam 29%. Entre as crianças, esse número chega a 45,6%. A pobreza infantil é mais presente nas crianças negras com quase 70% mais do que as brancas; cenário semelhante ao observado em áreas rurais. Na região do semi-árido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% das crianças e dos adolescentes são classificados como pobres. Ou seja, com as violações aos direitos e com os índices de vulnerabilidade social e individual das famílias, muitas vezes, a criança é privada de sua infância e do seu pleno desenvolvimento.

Em 1956, a ONU entendeu que os pobres estariam, pela condição de pobreza, desintegrados do processo de desenvolvimento. Com isso, propôs às autoridades governamentais “[...] melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar estas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país.” (ONU, 1956, p. 25). Ou seja, atuar de forma integrada nas principais áreas (saúde, alimentação e educação), principalmente junto às crianças, preservando-as do destino que a pobreza lhes reservava.

No Brasil, a grande e mais significativa mudança aconteceu com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e o Benefício de Prestação Continuada (LOAS, 1993). A partir desses mecanismos de defesa à vida, o Estado assumiu responsabilidades sobre a assistência à infância e à adolescência garantindo-lhes direitos e nomeando-lhes sujeitos de direitos pela primeira vez na história.

Pensar as necessidades básicas, direitos e políticas públicas para a infância só foi possível a partir do ECA. Com esse documento, a questão da infância, dos direitos e dos riscos a que estão submetidas crianças e adolescentes passou a ser pauta de discussões e de implementação de ações políticas, sociais e educacionais. Parte dessa pauta está voltada para a atenção à família, o que não deixa de envolver a infância.

Entretanto, vale ressaltar que ao mesmo tempo em que avançamos em termos jurídicos, a infância permanece marcada por incertezas que interferem na sua qualidade de vida. São muitos os motivos que fazem com que se mantenha uma enorme disparidade social. Um dos cenários marcantes e duradouros tem sido o da pobreza.

Em termos gerais, ser pobre é diferente de estar em situação de pobreza que é diferente de miséria. O pobre é a pessoa desprovida de habilidades para mudar de vida, os socialmente excluídos. Pobreza é entendida como falta de recursos monetários para acessar bens e serviços essenciais à vida, como: moradia, saúde, alimentação, segurança e educação. A miséria é quando a pessoa/família se encontra em situação de pobreza extrema, sem as mínimas condições essenciais à sobrevivência (UNICEF, 2014).

É ilusório imaginar que o problema da pobreza caminha sozinho. É também ilusório dizer que a pobreza representa algumas famílias e alguns contextos. A esse respeito, lembra Garcia (2011, p. 15) que “[...] a miséria tem caras e necessidades diferentes conforme a região.” No Brasil, a pobreza está presente em todas regiões. Entretanto, a região Nordeste é a que apresenta os maiores índices de pobreza extrema, principalmente a região do semiárido nordestino.

Têm-se assistido constantemente discussões em torno do que essa problemática social representa. Ao mesmo tempo, sabe-se que a situação de pobreza extrema se encontra enraizada na história das famílias brasileiras e que as desigualdades cada vez mais caracterizam os cenários sociais atuais. É notório nesses cenários, fatores sociais, geográficos e biológicos multiplicarem os impactos sobre cada indivíduo.

Esses problemas vêm acompanhados de conflitos intrafamiliares consequentes de diferentes fatores como: uso de drogas e/ou álcool, questões de saúde em geral, escola-

rização, falta de planejamento familiar e inacessibilidade às políticas públicas. Quando a família é afetada, certamente afetará os filhos privando-os de qualidade mínima de vida e de bem-estar. A insuficiência de renda é um relevante indicador de conflitos e privações, mas não é o único. Muitas famílias têm acesso aos serviços básicos, mas com qualidade precária (UNICEF, 2016).

A convenção das Nações Unidas sobre os direitos das crianças (NEWELL, 1993 apud GUEDES; GUEDES, 2006, p. 2) reconheceu “[...] o direito ao mais elevado nível de saúde, lazer e educação e, também, o direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social”. Todas essas são facetas da qualidade de vida com as quais, as crianças convivem diariamente. Porém, são direitos que, mesmo garantidos pelo ECA, não contemplam todas as crianças, e, em alguns casos, a violação desses direitos é sequer considerada.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) indicam que nos últimos anos esse cenário vem mudando. Um dos responsáveis pela diminuição desse quadro no Brasil foram as políticas públicas fortemente enfocadas na erradicação da pobreza, como o Programa Federal “Bolsa Família”, que oferece uma modesta renda mensal (70 reais fixos para cada família) em troca da escolarização dos filhos e da realização de diversos acompanhamentos de saúde.

Outro fator a ser considerado é o Programa “Brasil Sem Miséria” pensado para os mais pobres da área urbana e do campo e para aperfeiçoar e ampliar o melhor da experiência brasileira na área social. O objetivo principal desse programa é retirar a população extremamente pobre de sua condição, rompendo o círculo vicioso da exclusão social e evitando que mais brasileiros entrem na linha da miséria (BRASIL, 2013). Também no Brasil, outras esferas são envolvidas nos diálogos sobre este tema: o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial (ECA-UNICEF, 2014).

Vygotsky (1930) cita as interações entre o meio social e histórico como fundamentais para a qualidade de vida. Das interações que a criança vai desenvolver com o meio físico, social e cultural, construirá a base para interpretar o mundo em que vive e se relaciona. E ainda, é nesses meios que, ao interagir, formam-se as características individuais, incluindo as dimensões interpessoais e culturais que vão agir ativamente no processo de criação e transformação desses meios. Sendo assim, Vygotsky em seus estudos argumenta que o indivíduo só existe como um ser social, como membro de algum grupo social, e nesse grupo vai desenvolver-se historicamente, construir a sua personalidade e estruturar seu comportamento.

Outra dimensão tão importante quanto a social e a cultural, é a familiar. Acerca da infância e da família, Tomás (2014, p. 134) entende que “[...] a infância tem sido uma das categorias sociais que tem permanecido sistematicamente fora dos espaços de discussão e participação, ainda que englobe um conjunto de seres humanos que mais sofrem com a exclusão e as desigualdades sociais”. Para a Organização para a Cooperação e Desenvol-

vimento Econômico (OCD, 2018), a chance de uma criança de baixa renda ter um futuro melhor que a realidade em que nasceu é delicada, se comparada ao nível de renda de seus pais. Nesse sentido, essa complexa situação segue produzindo pais pobres e filhos pobres.

A prática do abandono da infância não faz parte apenas da história vivida no Brasil, mas da presente, e apesar do advento de políticas específicas, tem predominado o assistencialismo, e mais, visando os sujeitos que se encontram em situação de risco. A esse respeito, é possível afirmar que a infância vem sendo tratada de maneira diferente em distintos momentos e lugares da história humana.

No cenário brasileiro idealizado no ECA, a criança deve estar em permanente projeção para o futuro, ser objeto de constante reflexão. Como diz Rizzini et al (2015, p. 12), “O Brasil e as crianças do Brasil acontecerão um dia; serão um ‘não sei onde’, definido após um ‘depende de nós’.”

INFÂNCIA, FAMÍLIA E QUALIDADE DE VIDA

A família é segundo Bronfenbrenner (2011) e Olds (2001) o primeiro contexto de desenvolvimento humano. Bronfenbrenner define a família como um jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra, interferindo mutuamente entre si e afetando conjuntamente o desenvolvimento de cada membro. No microssistema família ocorrem as primeiras interações sociais da criança. O modo como os pais respondem às necessidades dos filhos tem papel importante e fundamental na qualidade de vida. Qualidade de vida implica a presença de aspectos positivos na vida das pessoas, e não a mera ausência de aspectos negativos (FERREIRA e MARTINS, 2013). Pode ser entendida e conceituada por diferentes agentes e pesquisadores.

Para a OMS, citado por Ferreira e Martins (2013), a qualidade de vida (QV) é para o indivíduo a percepção que tem da sua posição na vida, na sua cultura de referência tendo em conta também os seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Qualidade de vida é para Cunha (2013), um construto multidimensional com diferentes aplicações e de relevância para todas as pessoas independentemente da sua idade. Quando ligada aos aspectos da saúde (física e psicológica), a autora diz, que a qualidade de vida é percebida como tendo uma relação com o bem-estar físico, psicológico e social da pessoa (p. 7).

Gaspar, Matos, Ribeiro e Leal (2006 - 2010) equacionam como qualitativos, os aspectos individuais do indivíduo no conjunto de relações que estabelece com o meio, com as pessoas e todas as demais dimensões, principalmente, as afetivas e protetivas.

A pobreza tem papel significativo na dinâmica familiar, principalmente, naquelas que apresentam arranjos familiares monoparentais e vivem em áreas de risco. Exemplo disso são as famílias deste estudo cuja pobreza tem acompanhado por gerações, o que nos leva a refletir para além das causas e consequências, o enquadramento histórico-social das necessidades e problemas.

A reflexão centrou-se na cidade de Guarapuava, comunidade do Bairro Industrial, com famílias empobrecidas. Guarapuava é uma cidade moderna e em pleno desenvolvimento localizada no alto do Terceiro Planalto Paranaense. Isso faz de Guarapuava um dos municípios mais frios do estado. Tem clima subtropical, diversidade étnica, quilombos e diversas reservas indígenas espalhadas pela região, economia variada, educação escolar e universitária de qualidade, umas das melhores e prósperas cidades para se viver. O Bairro Industrial em Guarapuava, estado do Paraná e contexto da pesquisa, não é diferente de muitos dos bairros da capital Curitiba ou dos demais estados.

Para a população daquela cidade, o bairro é conhecido como um dos mais críticos em termos de violência e problemas sociais. As famílias em geral vivem do trabalho informal e da coleta de resíduos. As moradias são precárias assim como são precárias a infraestrutura de energia, saneamento básico e acesso aos serviços da saúde. Há indícios da presença, uso e tráfico de drogas.

Para quem conhece a comunidade, percebe que a pobreza contracenava com condições melhores, tanto de moradia quanto de infraestrutura, com ruas desordenadas, de terra vermelha, bem como asfaltadas. Na comunidade, pais perderam seus filhos para as drogas e a criminalidade, bem como os filhos perderam seus pais pelos mesmos motivos. Muitos não escolheram viver ali, mas é ali que buscam diariamente a sobrevivência de seus pais.

Vulnerabilidade social é segundo Bourdieu (1997) e Guareschi (2007) uma nomenclatura moderna da pobreza. Entretanto, observam que a vulnerabilidade está fortemente associada à pobreza, enquanto esta está associada ao risco e à multiproblemas sociais. Por outro lado, lembra Packmann (2007), nem toda a família que apresenta multiproblemas encontra-se em situação de pobreza e vulnerabilidade. Já Maslow (1943) caracteriza situação de vulnerabilidade pelo alto grau de degradação dos vínculos afetivos e sociais presentes, que não necessariamente a pobreza, mas a falta de instrumentos emocionais e sociais para enfrentar as diferentes necessidades. Para o autor, quando família está vulnerável nas necessidades mais básicas, certamente estará vulnerável nas mais complexas. Na linguagem de Abramovay et al (2002), vulnerabilidade social é entendida como a situação de privações diversas, partindo da falta de condições para o bem-estar social e todas as causas associadas a esse processo.

Em algumas famílias, a vulnerabilidade pode se desencadear pela sobrecarga de papéis desempenhados pelos genitores, frequentemente as mulheres, e em núcleos familiares com arranjos monoparentais. Nesses modelos familiares, a vulnerabilidade pode estar associada também a fatores emocionais causados pelo sentimento de abandono, violências e exploração a que foram submetidas as mulheres para manter a sobrevivência de seu núcleo familiar. Outra causa comum de situação de vulnerabilidade social e pessoal é a violência simbólica que Bourdieu (1997) define como um desrespeito exercido e concedido de um para outro.

Esses fatores segundo Rizzini et al (2015) complexificam as formas de intervenção de programas sociais e limitam enormemente a capacidade de atuação com perspectivas

de inclusão social. Além disso, a interconexão desses fenômenos com a crise instalada nos setores políticos e econômicos, intensificam a violência e a vulnerabilização do público em questão, contribuindo para um cenário desfavorável à possibilidade de assegurar proteção e direitos.

A situação de vulnerabilidade e risco social observados no Bairro Industrial são consequências de diversos fatores que contribuíram para a situação atual de muitas famílias e não é diferente dos que vivem em bairros e comunidades das grandes cidades brasileiras. O que se tem percebido é a expressão da extrema pobreza e miséria que denuncia a falta do mínimo de dignidade humana, levando a diferentes situações de risco. A esse respeito, Rizzini (2008) complementa dizendo, que há que se criar outras formas de suporte básico à família para apoiá-la em todos os sentidos, evitando agir somente quando as crises e vulnerabilidades despontam.

Entretanto, é importante salientar que a situação de pobreza infantil não é causa apenas da dimensão econômica e ao tipo de relação que os adultos estabelecem com o emprego ou redes sociais. Quer-se dizer com isso, que para além da visibilidade da pobreza representada pela ausência de bens materiais, educacionais e de saúde, está um bem maior, as relações protetivas e de afeto na família.

Nas observações apontadas por Maslow (1943) e pouco percebidas por pesquisadores, a degradação dos vínculos afetivos e sociais dificulta no momento de enfrentar as diferentes necessidades familiares. Segundo Maslow, uma família com vínculo afetivo enfraquecido ou ausente passa a acreditar na ausência de esperança e crença de que a vida pode mudar e passa a viver sob o efeito Pigmaleão, também chamado de efeito Rosenthal, efeito este atribuído a uma profecia ou efeito autorealizável nomeado por Rosenthal e Jacobson 1968 (p. 12 apud D'ARÓZ, 2013). É, segundo os autores, o efeito de nossas expectativas e percepção da realidade sobre a maneira como nos relacionamos com ela, como se realinhássemos a realidade de acordo com as nossas expectativas. A profecia autorealizável diz que, quanto mais pessoas acreditam em uma coisa, mais elas podem influenciar no seu acontecimento.

No meio familiar, o fato de existir uma pobreza instalada origina por si só uma série de problemas que algumas famílias vão conseguindo adiar, na expectativa e esperança de dias melhores, enquanto em outras as consequências são devastadoras. A demora por soluções é um dos indicadores que nos alertam para o risco familiar seguido, em muitos casos, pelo aparecimento de comportamentos desviantes como suicídio, violência doméstica, elevado número de depressão, acolhimento institucional dos filhos e dos idosos, questões graves de saúde, cujo resultado final é a pobreza instalada. A problemática do risco familiar e social coloca em evidência um conjunto de rupturas sociais, familiares e individuais (OFAP, 2011).

Na realidade, as famílias problemáticas podem encontrar-se em todos os países, os estratos sociais, culturais e econômicos, mas são as pobres que configuram mais

riscos e têm dado origem a um maior número de investigações, bem como atraem intervenções (CÁSAS, 2005; SOUSA, 2005; PACKMANN, 2007).

Além dos fatores citados, há outros fatores interferentes e muito significativos, mas passam despercebidos até mesmo pelos familiares, como pais com baixa autoestima, dificuldades com a solução de problemas, desigualdade entre o homem e a mulher, pais com histórico de abuso e maus tratos (CALHEIROS, MONTEIRO, 2007) ou rejeição na infância, carência de vínculos afetivos na família, violência dentro de casa, castigo físico contra os filhos e falta de apoio da comunidade e comunidade com histórico de violência (BERNARDI, 2010). Ainda em estudos de Bernardi (2010, p. 16) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 2011, observa-se:

Essa família empobrecida, embora conte eventualmente com relações de solidariedade parental ampliada e conterrânea, tem experimentado uma crescente diminuição de sua capacidade de proteger seus membros. Criar e educar os filhos, garantindo-lhes o usufruto de todos os direitos de que são titulares como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, tem sido tarefa muitas vezes impossível de ser cumprida pelas famílias submetidas a condições de vida precárias, sem garantia de alimento, de moradia, de trabalho, de assistência à saúde, escolaridade e todos os serviços que definem uma vida minimamente digna no mundo contemporâneo (p. 3).

Analisando pela ótica das famílias das crianças deste estudo, e retomando Rosenthal e Jacobson 1968 (apud D'ARÓZ, 2013), o fato de conviverem com a pobreza e a violência cotidiana faz com que acreditem que será sempre assim, que não há jeito. Nesse sentido, referem os autores, quando se esperam coisas positivas desses lugares, elas tendem a vir; quando se esperam coisas negativas, elas provavelmente serão confirmadas. A expectativa de uma mudança na vida dessas famílias costuma levar certo tempo para acontecer e muitas vezes não acontece e, por consequência, influencia a maneira como elas se comportam, e o comportamento aumenta a possibilidade de que um evento ocorra. Isso acontece em várias esferas da vida.

INFÂNCIA E ESCOLA

Assim como a família, a escola é contexto fundamental para o desenvolvimento humano. Ela representa um espaço de convívio social onde são construídas, principalmente, as interações com os pares e com os professores. Estes últimos podem se tornar uma fonte de segurança e apoio emocional, contribuindo para a sua adaptação no novo ambiente (O'CONNOR e MCCARTNEY, 2006).

Estudos de O'Connor e McCartney (2006) têm mostrado que quanto mais frágil for o vínculo familiar, mais seguro será o vínculo construído com os professores. Com isso, aumenta a frequência pela busca de suporte pelos educandos quando enfrentam dificuldades

dentro e fora da escola porque sabem que podem contar com apoio desses profissionais. A frequência maior é de crianças e jovens com problemas socioestruturais.

O Brasil, segundo o UNICEF (2014), possui grande número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade devido aos níveis elevados de desigualdade social ou a características socioculturais. Para Koller (2013), é significativo o número de crianças que se encontram diante de adversidades individuais e ou sociais que indicam a escola como contexto de proteção.

Migrar de um espaço para outro tem sido bastante frequente, principalmente, no público em situação vulnerável e em risco. Nesse caso, quando a família é marcada por instabilidade e esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade, a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, e a criança já está vulnerável ou em risco. Um contexto estruturalmente precário intensifica os efeitos negativos da já vulnerabilidade (GUARESCHI, 2007, p. 12). Para esse autor, naquele contexto, “[...] fatores como o desemprego e a saúde se mostram como um caminho de retorno ou de permanência à pobreza”. Por outro lado, para algumas crianças e adolescentes, apesar de cercados de diferentes riscos, poder ir para à escola e brincar na pracinha do bairro representa a superação de qualquer dificuldade vivida na família e na comunidade.

Essa afirmação foi confirmada pelas crianças participantes deste estudo. Para elas, estar na escola integral é importante por varias razões: não ficam em casa e sozinhas enquanto seus pais trabalham; realizam atividades diversas; podem se alimentar em todas as refeições; praticam esportes; têm suporte nas tarefas e pesquisas escolares; não vivenciam os frequentes conflitos ocorridos na sua comunidade, e mais, a situação de pobreza familiar é amenizada pelas oportunidades proporcionadas pela escola. Para os professores, permanecer na escola e acessar diferentes atividades não só influencia no desenvolvimento cognitivo, social e psicológico dessas crianças, como fortalece as interações sociais, as normas, metas, valores, práticas de ensino e aprendizagem e estruturas organizacionais da escola.

Algumas literaturas têm se referido à escola como contexto de proteção ou de risco. Entretanto, durante a pesquisa, nem as crianças e tampouco os professores se referem à escola como contexto de risco, uma vez que o risco presente é inferior ao existente na comunidade. Isso pode estar relacionado com a qualidade das interações entre professores e alunos. O resultado da interação alinha a perspectiva de Bronfenbrenner (2011) de que “[...] o desenvolvimento humano é o resultado da inter-relação de diferentes fatores da pessoa, do contexto e do tempo, destacando-se os procesos proximais como motores do desenvolvimento.” (PETRUCCI, BORSA e KOLLER, 2016, p. 398).

Em estudos de Vygotsky (1930), as relações humanas são construídas e sustentadas nos recursos culturais humanos adquiridos ao longo do desenvolvimento. A mediação social representa o meio/modo de nossa relação com o mundo. Dessa relação, surge a dinâmica das significações e dos sentidos que irão possibilitar e fortalecer a ação transformadora do meio e do próprio homem. No caso deste estudo, as relações com o meio comunitário não são entendidas e vividas como transformadoras, mas como inibidoras.

Sobre “viver” na comunidade, C10 e C8, duas meninas de sorriso cativante relataram:

Tem muita violência por aqui, mas eu adoro ir para a escola, gosto das minhas professoras, de brincar, de estudar. Na escola eu me sinto segura. E complementa: Meu pai foi assassinado dentro de casa, mas o homem que o matou fugiu, não voltou mais, assim, podemos dormir (C10).

Tudo aqui é muito precário, não tem nada de bom. Eu e minha irmã vimos nosso pai morrer na porta de casa, ele estava bêbado e nem fez nada. Minha mãe ficou doente (com transtornos mentais) e nós fomos adotados por uma mulher. Essa mulher, ela é boa, temos cama e comida, se ajudarmos na limpeza da casa ganhamos coisas (C8).

Qualidade de vida é para as crianças, representada pelas vivências e relações escolares. Por outro lado, se na infância o contato com a escola representa para muitas crianças da comunidade sobrecarga e proteção e amenização do estresse da vida cotidiana, adolescentes da mesma comunidade nem sempre procuram apoio da escola, preferindo a vida nas ruas. A esse respeito, os relatos de C11: “Meu irmão fugiu de casa, vive nas ruas. Quando está em casa diz que prefere morar na rua que viver aqui”.

Na infância, os riscos não são compreendidos como problemas que a criança precisa enfrentar e solucionar, a gravidade destes é percebida pelos adultos e na adolescência ou na fase adulta (FERNANDES, 2015). A mesma autora entende que uma família estruturada, uma educação de boa qualidade e relevante para a vida da criança constitui-se em recursos importantes para dar a confiança necessária para enfrentar os desafios globais do nosso tempo.

O UNICEF (2005) recomenda que sejam elaboradas intervenções que visem a redução da pobreza e dos efeitos da mesma considerando a “voz” das crianças. Percebe-se com isso o reconhecimento da importância da infância como uma etapa revelante, e não apenas um momento transitório para fases posteriores (MAIN, 2014), surgindo estudos que apresentam a condição de pobreza através da perspectiva das crianças.

É válido ressaltar que, nas relações familiares, as situações de risco e a falta de cuidados básicos e de afeto não são situações específicas em famílias pobres. Esses fatores estão presentes também em muitas famílias ricas/abastadas, que vivem em contextos com ótima infraestrutura, com acesso aos meios promotores de qualidade de vida. Ou seja, independente das famílias, contextos e fronteiras, os casos são reais. Os problemas socioestruturais afetam a família e diretamente as crianças, e a intensidade com que vivenciam as dificuldades e as violências intra e extrafamiliar deixam traumas que tendem a permanecer para o resto da vida.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo trata de um estudo qualitativo exploratório. Objetiva apresentar perspectivas sobre a infância de crianças socialmente vulneráveis do Sul do Brasil.

Participaram do estudo cem crianças com idades compreendidas entre oito e doze anos, que recebem benefícios do Programa Federal Bolsa Família, regularmente matriculadas em uma Escola Municipal do Bairro Industrial, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, Sul do Brasil. O Programa Bolsa Família serviu de parâmetro para medir a condição de pobreza familiar.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, orais, com recurso de imagens, com o objetivo de coletar dados sobre a percepção de pobreza e riqueza das crianças e como este fator interfere nos contextos de vida.

A coleta de dados ocorreu na escola acima referenciada, nas salas de aula das turmas selecionadas, com agendamento prévio junto aos pais, gestores e professores, priorizando-se a tranquilidade e a segurança de cada participante.

A entrevista semiestruturada utilizada neste estudo foi baseada em estudos realizados com crianças portuguesas e Curitibanas com o propósito de explorar a perspectiva das crianças acerca da condição da pobreza e da riqueza, considerando a “voz” das crianças. Para cada faixa etária (8, 10 e 12 anos) e sexo foi criado um grupo de 12 questões e subquestões e imagens com o mesmo objetivo que e serviram de orientação durante a entrevista. Assim como em Portugal e Curitiba, com o auxílio das imagens, na entrevista avaliaram-se oito diferentes categorias: 1) Conceito de pobreza, 2) Evidências da pobreza, 3) Identificação, exploração da identificação da situação econômica; 4) Causas da pobreza, 5) Pobreza e consumo, exploração dos diferentes tipos de privação da pobreza; 6) Duração da pobreza; 7) Implicações da pobreza nos contextos de vida (comunidade, família e escola) e 8) Uma vida diferente. As ferramentas utilizadas para a coleta de dados foram os questionários, canetas e lápis.

O estudo foi realizado em Guarapuava e agregado ao estudo já submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Brasil sob a avaliação do processo nº. CEP/SD 58269316.6.0000.0102. Após parecer favorável desse comitê, da autorização para o uso do questionário e da indicação do contexto escolar a ser investigado pela secretaria da Educação de Guarapuava, uma Escola Municipal Integral, deu-se início à coleta de dados.

Apartir da orientação da diretora da escola, os pais das crianças foram convidados a conhecer a pesquisa e seus objetivos. Na sequência, foram dadas as explicações sobre as possíveis autorizações dos pais para que seu/sua filho(a) participasse da pesquisa, por meio da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). No processo foi respeitada a decisão dos pais e das crianças sobre a participação delas, frente à apresentação clara dos objetivos e procedimentos dos mesmos. Ressaltou-se, ainda, a garantia de sigilo dos dados e de sua identificação. As 100, entre crianças e adolescentes, são estudantes do 4º ano (Turma A e B) e 5º ano (Turmas A, B, C) da escola citada acima.

Para a aplicação do questionário, utilizou-se o método clínico piagetiano elaborado por Delval (2002). O método acompanha o pensamento do sujeito, permitindo a laboração

de novas perguntas a partir das respostas dadas, avaliando a qualidade e abrangência destas. Permite contra-argumentar. Para auxiliar a criança a identificar condições de pobreza e suas variáveis (riqueza) foram apresentadas três imagens ilustrativas de crianças e adolescentes, meninas para as meninas e de meninos para os meninos. Decorrente das entrevistas conduzidas, com o mesmo instrumento, procedeu-se a análise das respostas por grupo de perguntas, totalizando oito categorias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a vida e tudo o que a cerca, a criança tende a expor a sua experiência subjetiva, em vez das condições de vida reais percebidas por quem avalia. São diversos os fatores que influenciam as percepções sobre a pobreza, o bem-estar e a qualidade de vida nos contextos de vida, principalmente, de crianças, tais como: características da própria criança e da família, situação socioeconômica, estilo parental, proteção e acontecimentos de vida (GUEDES e GUEDES, 2006). Em conformidade aos fatores citados, Bronfenbrenner (2011) elaciona outros como: desvantagem socioeconômica, isolamento social, condições de vida pobres, famílias monoparentais, violência, falta de proteção e conflitos interpessoais, patologias associadas a problemas de comportamento na criança.

Os resultados serão apresentados com base no questionário qualitativo sobre percepção de pobreza e suas variáveis, considerando a perspectiva da criança. As respostas às entrevistas, agrupadas em oito dimensões (concepção de pobreza, evidências da pobreza, identificação da criança com a situação de vida, causas da pobreza, pobreza e consumo, duração, evolução da pobreza e implicações da pobreza nos contextos de vida e como gostariam que fosse a vida) possibilitaram conhecer o que pensam as crianças sobre a situação familiar e os contextos de vivências.

Da amostra de 100 participantes, 86% se identificaram em condição de pobreza; 12% como ricos e 2% em condição de pobreza extrema; 64% relatam não se sentirem seguros no bairro onde moram; 23% não se sentem seguros na família. A escola é citada como contexto de vida de satisfação e proteção para 81% dos pesquisados. Essa alta porcentagem chamou a atenção da pesquisadora porque, embora a literatura (PERTUCCI, BORSA e KOLLER, 2016) tem mostrado que a criança, mesmo vivenciando conflitos e em alguns casos, situação de maus tratos físicos e psicológicos prefere estar com a família aos demais.

Os participantes estão identificados pela letra "C" (criança), seguida da idade.

CONCEPÇÃO DE POBREZA

A pobreza tem formas variadas de ser mensurada, tanto pelas crianças quanto pelas famílias. A criança relaciona a pobreza com a falta de trabalho e, por consequência, de dinheiro. A aparência exterior e os bens que a família possui determinam a condição

econômica e de vida. Para algumas crianças, a condição de pobreza tem relação também com a precarização de oportunidades, a baixa escolarização dos pais e ao arranjo familiar (BERNARDI, 2010; CARNEIRO, 2005). O arranjo familiar citado foi o monoparental, onde a família é mantida por apenas um dos genitores identificado por 65% dos participantes, em alguns casos, com a ajuda da avó. Os pobres e a pobreza, segundo Guareschi (2007) são condições extrafamiliares, mas têm influência direta nas relações intrafamiliares. As condições de aprendizado e de vivência no seio da família servem de parâmetro para a sua compreensão concreta dos fatos. Já a riqueza proporciona tudo o que se deseja.

C10: Pobre é quem não tem dinheiro porque os pais não têm emprego.

C9: Rica é quem tem dinheiro e emprego, quem pode comprar um carrão e comer muitas coisas boas.

As respostas das crianças após verificarem as imagens apresentadas pela pesquisadora foram unânimes em considerar conceitos de pobreza e riqueza o fator “ter dinheiro”. Se tem dinheiro e emprego, é rico; se não tem, é pobre. Se tiver dinheiro, mora em um lugar sem violência, sem lixo, um lugar melhor, anda de carro e usa roupas boas; se não tem, precisa trabalhar muito para comprar, mora na favela (comunidade).

EVIDÊNCIAS DA POBREZA

Com base nas imagens, as características de condição de pobreza ou riqueza, são percebidas, principalmente, no aspecto físico (vestuário), no cabelo e no olhar de quem está nas imagens. Para as crianças, roupas velhas e amarrotadas, o cabelo sem cuidados e o olhar triste representa ser pobre, bem como não ter trabalho e dinheiro. E quando as roupas são bonitas, limpas e de marca, o cabelo está penteado e o olhar alegre, representa ter emprego, dinheiro, ser rico.

C8: Pobre - porque a sua roupa está sem cor, usada e malcuidada.

C11: Rica - porque a sua roupa parece de marca, é boa, está limpa, é bonita.

C8: Pobre - Tem a cara de quem está triste, com fome.

C9: Rica - Cara feliz porque tem tudo, tem dinheiro e por isso pode ter as coisas.

As crianças conhecem a riqueza e a pobreza medidas pelos bens materiais que possuem, pelo que conhecem dos meios midiáticos e da convivência com colegas e vizinhos com melhores condições econômicas. Percebem claramente o que têm e não têm, porque não podem ter e o que precisam fazer para ter.

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA COM A SITUAÇÃO DE VIDA

Quando investigados sobre com qual das três imagens se identificavam, 36 crianças responderam rapidamente enquanto as 64 restantes pensaram antes de responder. Seis se identificaram com a imagem da criança pobre. Quando solicitadas para identificar quem era a mais pobre das três crianças, foi tranquilo e imediato. Porém, quando se solicitou para

se identificar, sobre as demais, permanecerem na classe média ou rica. Complementaram dizendo que quem nascia pobre ou rica permaneceriam assim.

C8: Pareço-me mais com esse (imagen 1- classe média) porque tenho as coisas em casa, tomo banho, minha mãe cuida do meu cabelo, meu uniforme está sempre limpo e meu pai trabalha.

C9: Pareço-me com esta (imagen 3-rica) porque minha casa é bonita, temos dinheiro.

C11: Pareço-me com esta (imagen 2-pobre) porque minha mãe não tem dinheiro, trabalho, é pobre.

C9: Sou mais parecido com esse (imagen 3- rica) porque tenho muitos brinquedos, posso comer sorvete quando quero, porque tenho vídeo game e roupas boas.

Ter condições de comprar roupas, brinquedos, guloseimas é sempre apontado como condição de posses e dinheiro, portanto, de riqueza.

Estudos da Eurochild (2018) concluíram que os impactos da pobreza na vida da criança são muitos. Na vida social afeta as amizades e as suas relações sociais. O Bullying é um dos fatores presentes seguidos da exclusão e isolamento. A criança deseja o que vê independente da característica do objeto desejado e se identifica com aquela que atende as suas expectativas. No presente estudo, ao questionar sobre identifica-se com as crianças das imagens rica, pobre ou intermediária, apontaram a imagem da riqueza porque é essa a imagem que querem para si.

CAUSAS DA POBREZA

A pergunta que norteou essa categoria baseou-se em por que uma pessoa fica pobre. As causas indicadas pelas crianças centraram-se na falta ou perda do emprego, principalmente do pai, portanto, do dinheiro. Se os pais não têm emprego/trabalho, não têm dinheiro. Vinte e seis crianças relataram que o pai faz bicos (trabalho temporário) e sempre tem um pouco de dinheiro. Seis relataram terem ficado pobres porque o pai morreu e a mãe não tem muito trabalho. Trinta e seis crianças responderam que a mãe consegue dinheiro fazendo algum trabalho e vendendo pano de prato. Vinte e duas crianças responderam que não sabiam. Oito crianças não moram com os pais, mas com avós. Duas são adotadas, e a mãe adotiva tem suprido as necessidades básicas em troca de pequenos trabalhos domésticos. A resposta das crianças.

C10: Meu pai morreu e minha mãe ficou pobre, doente, sem nada, sem dinheiro.

C10: Eu não sei a causa, mas minha avó é quem ajuda a minha mãe.

C9: Eu e meus quatro irmãos moramos com a minha avó. Meus pais foram embora. Não sei onde moram.

C12: Meu pai e minha mãe compram comida, as coisas lá em casa

C8: Meu pai perdeu o emprego, está procurando outro. Meus tios não têm dinheiro.

Para Bernardi (2010), quando a família não recebe ajuda, as dificuldades de acesso a algum tipo de apoio se restringem às alternativas de sobrevivência, levando as famílias

a reproduzirem o ciclo de pobreza. Muitas famílias herdaram a pobreza das gerações anteriores e isso tem dificultado a geração atual de prover mudanças no interior da família para e com os seus pares. A autora complementa dizendo que, quando elas sofrem também influência dos processos culturais e sociais de exclusão, enfraquecem a capacidade de fazer valer os seus direitos e proteger seus membros.

Por outro lado, as crianças participantes do estudo não afirmaram ter na família uma vida ruim, mesmo relatando falta de emprego, de alimentação, de segurança, de outros bens materiais. No geral, apesar das dificuldades, relataram ter uma vida boa.

As famílias aceitam a pobreza como uma realidade com a que elas precisam conviver ou apenas sobreviver, conformando-se. Poucas buscam recursos para lidar com as adversidades. Relatam a ausência do pai e atribuem a ele as dificuldades vividas na família.

C9: Quando meu pai estava em casa, a vida era boa, quando ele não estava bêbado.

C9: A vida era melhor quando meus pais viviam juntos, ele arrumou outra família.

C10: Não conheci meu pai.

C11: Nunca tive pai. Minha família é minha mãe e minha avó.

Entre os participantes, foi possível perceber a forte presença da família monoparental. Esse modelo exige do cuidador diferentes responsabilidades, e isso tem reforçado a dificuldade para conseguir trabalho, potencializando os efeitos da pobreza na família, dificultando novos percursos (BERNARDI, 2010). Embora não tenham sido investigados os genitores sobre as condições de vida familiar, é notório e significativo o número de famílias chefiadas pela mulher com filhos e agregados. Nessas famílias, foram observadas as maiores dificuldades de enfrentamento da pobreza. Outra observação foi com relação à lembrança negativa do pai, sugerindo ser este o causador da situação de pobreza. E ainda, as respostas das crianças mais velhas (11 e 12 anos) são mais elaboradas, mais diretas. Vygotsky (1930) explica que a criança aperfeiçoa a linguagem e seus elementos nas interações com o meio, com o outro e com o objeto.

POBREZA E CONSUMO

A questão investigada “O que você acha que este(a) menino(a) pode comprar que este(a) não pode?” objetivou conhecer acerca do acesso aos bens materiais. Dos relatos das crianças participantes, duas respostas chamaram a atenção da pesquisadora. A criança pobre gostaria de comprar muitas coisas, mas tem clareza de que só poderá ter quando crescer, estudar e tiver dinheiro. A esse respeito relatam:

C9: Se tiver um celular e ele for roubado ou se ele estragar e eu ficar sem, terei que trabalhar para comprar outro.

C11: Se eu estudar, posso arrumar um emprego e trabalhar para comprar as coisas que preciso.

C10: Quando eu crescer e tiver um trabalho, posso comprar muitas coisas, um celular, um tênis e uma bicicleta.

C8: Quando quero um brinquedo, peço para a minha avó, vou ao shopping. Quando eu terminar a escola, vou trabalhar.

Uma hipótese sobre essas respostas é a de que a criança pobre mencionada era ela, estava relatando a sua percepção consciente de que para realizar esse desejo deveria crescer, estudar e trabalhar. A esse respeito, diz Bernardi (2010), ter ou não trabalho e, por consequência, não ter comida e outros bens materiais é uma constante nas famílias empobrecidas, portanto, aprendida pela criança.

Conhecendo o desejo das crianças, nos últimos anos, o mercado de trabalho esteve voltado para o público infantil, estimulando o consumo de diferentes produtos de beleza, vestuário, calçado e tecnologias. Com isso, a criança aprendeu que trabalhando poderá adquirir muitas coisas que os pais não podem dar. Da mesma forma, alguns pais viram nos filhos potenciais para contribuir na renda familiar. Entretanto, os critérios para o trabalho de modelo não é acessível a todas as crianças. Para as beneficiadas com a oportunidade vale lembrar, a infância passou a ser descaracterizada ao permitir que a criança ocupe o seu tempo trabalhando, gerando renda para a família e para as empresas quando ela deveria brincar, compartilhar da vida saudável e em família.

DURAÇÃO E EVOLUÇÃO DA POBREZA

Na compreensão das crianças, a forma para mudar a situação de pobreza é para 75 crianças, arrumar trabalho. Para 16 crianças, deixa-se de ser pobre se ganhar dinheiro jogando na loteria (megasena). Quatro crianças responderam que mudariam de vida recebendo herança de quem morreu. Uma criança respondeu que a vida poderia mudar se achasse dinheiro na rua. Outra criança disse não ter outra forma senão assaltar um banco porque é no banco que tem muito dinheiro. Para três crianças, o dinheiro será conquistado por quem vai bem na escola e arrumar um emprego.

C9: Pode mudar de vida se assaltar um banco porque é no banco que tem dinheiro.

C8: So se ganhar na megasena. Com muito dinheiro pode comprar tudo, um carrão, uma mansão.

C11: Meu pai disse que eu preciso estudar, ir bem na escola. Que ele gostaria de ganhar uma casa.

C10: Não sei. (fiz uma contra-argumentação, pensou por cinco minutos e respondeu). Faz tempo que não temos dinheiro. Sempre foi assim. Não sei como é ter dinheiro.

As crianças participantes têm clareza do que o dinheiro representa para elas, para a família. Volta-se a ressaltar que “ter dinheiro” representa para as crianças ter o que comer, vestir, onde morar, estar com os pais. A constante ausência de recursos econômicos dificulta a tomada de consciência de como a vida poderia ser com mais dinheiro. C10 parece não identificar diferença entre ter ou não dinheiro. Para ele a vida é vivida como é, com o que a família tem.

Bronfenbrenner (2011) em seus estudos sobre o microsistema família conclui que eventos históricos consequentes de episódios familiares, os baixos salários, desemprego, condição de pobreza e aumento da violência ocasionada por diferentes fatores e a criminalidade afetam diretamente o curso de desenvolvimento das crianças. Ou seja, quanto mais tempo a criança ficar exposta a contextos vulneráveis, maior dificuldade terá para resolver problemas quando adulta.

IMPLICAÇÕES DA POBREZA

As implicações da pobreza contemplam na categoria diferentes dimensões da vida como: felicidade, tristeza, saúde, beleza, tempo para brincar, fazer amigos, estar com a família, ser bom aluno(a).

Quando investigados sobre as implicações da pobreza na felicidade, mais de 80% das crianças responderam que quem tem dinheiro é feliz porque pode comprar o que quiser/desejar: pode ir ao médico, no salão de beleza para fazer cabelo e unhas, ir ao shopping com os amigos, viajar, fazer escolinha de esportes, estudar, ter internet, um tablet, um celular, um vídeo game. Apenas uma criança relatou que a felicidade não depende do dinheiro, porque há pouco na sua casa e todos são felizes. Outra disse que, se o cabelo é bonito, não precisa gastar dinheiro. Para um participante, a pobreza implica em tudo, todas as dificuldades da família têm causa na pobreza.

C9: Uma pessoa que nasce com cabelos bonitos não precisa ir ao salão.

C10: A pessoa pobre morre no hospital porque demoram a atender. Minha avó morreu.

C9: Minha mãe disse que quando juntar mais dinheiro, nós vamos para Aparecida do Norte com a minha tia, e eu posso fazer escolinha de futebol.

C11: Implica em tudo: na violência, vira tudo de cabeça para baixo. Sem dinheiro, não dá para fazer nada.

Mesmo relatando que sem dinheiro não dá para fazer nada, nenhuma criança mencionou estar mais ou menos triste porque a família não tem muito dinheiro. A tristeza de muitos tem outras causas como a ausência dos pais no cuidado e na manutenção básica de alimentação, o abandono de um ou dos genitores, situação de saúde de algum familiar, a violência, segurança e moradia. Para Rizzini (2008), embora para as crianças a vida não se aparente ruim, os multiproblemas familiares excluem a criança dos seus direitos de infância e ainda, são penalizadas por isso.

Estudos de Simon, Murphy e Smith (2005) observaram que das famílias que vivem na pobreza ou abaixo dessa linha, as crianças e adolescentes conseguem se desenvolver, ter bom desempenho na escola, ter bons relacionamentos, mesmo que os ambientes sejam de miséria material, emocional e cognitiva. Por outro lado, quando a observação é sobre a condição de pobreza e a resiliência, Cyrulnik (2003) diz que é preciso considerar os múltiplos contextos e as múltiplas realidades que envolvem a pobreza, os riscos, a família e a

criança, porque podem apresentar resiliência e não serem resilientes. O autor quer dizer com isso, que ao menor sinal de estresse, de trauma por algum tipo de perda ou outras dificuldades, tanto a criança quanto a família podem se apresentar em risco ou vulneráveis. E complementa: “Cada criança responde à sua maneira, mas, quando a privação dura demasiado tempo, quando a extinção psíquica for total ou quando o novo ambiente não avivou as brasas da resiliência, será difícil para a criança retomar a vida.” (CYRULNIK, 2003, p. 189).

UMA VIDA DIFERENTE

Independente das condições de interação familiar entre seus membros, há sempre algo para melhorar, outros para mudar e alguns para sonhar. Quando questionados sobre qual contexto de vida gostavam mais e o que mudariam, a escola foi o ambiente mais citado. Para Pertucci, Borsa e Koller (2016), quando na família e muitas vezes também na comunidade as relações forem conflituosas e hostis e houver escassez de materiais, as crianças e os adolescentes tendem a buscar por novos ambientes. Sendo a escola o segundo contexto de desenvolvimento, com clima favorável às amizades, atenção, afeto, conhecimento e aprendizagem, pode funcionar como fatores compensadores ao clima vivenciado na família. As experiências positivas vivenciadas na escola podem sobrepor às negativas vividas com a família e com isso a escola passa a ser o espaço para viver o número máximo de horas no dia, mês e ano.

C11: Adoro a minha escola. Se eu pudesse, moraria lá.

C9: Eu mudaria a minha casa para dentro da escola. É tudo de bom.

C10: Eu mudaria a minha vida inteirinha, mas levaria a minha mãe e meus professores.

C8: Tenho muitos sonhos: ir embora desse bairro, ganhar um cachorro buldog, jogar futebol, crescer logo para poder trabalhar.

C10: Eu gostaria que a violência acabasse para sempre, também as brigas, o lixo, a pobreza.

No geral, o estudo mostra que a percepção das crianças sobre pobreza, riqueza e qualidade de vida se limita ao que conhecem e recebem. Poucas conseguem avançar justificando com mais argumentos as questões que envolvem a situação de pobreza familiar. As crianças percebe a pobreza com outros olhos. Mesmo vivendo em contextos empobrecidos, são felizes. A família e a escola são as duas instituições referenciadas.

As respostas das crianças são subjetivas, dizem o que pensam no momento, não conseguem avançar para uma reflexão mais aprofundada das causas e consequências da pobreza para a sua vida. Por outro lado, são capazes de conceitualizar a pobreza e distinguir sobre o que é ser pobre, não ser pobre e nem rico, ser rico, e o quanto cada situação permite ou não acesso a bens materiais e a recursos necessários à sobrevivência. Conseguem claramente indicar com quais pessoas gostariam de viver, o que fazer e porque são importantes, isso é para eles, qualidade de vida.

CONCLUSÃO

A infância, que deveria ser para as crianças a etapa rica em experiências positivas, deixa nas crianças, principalmente, nas empobrecidas, outras marcas. Em alguns casos, podem ser irreversíveis. Como responsáveis estão a família, a escola e a sociedade em geral.

A pobreza que permeia a maioria das famílias dos participantes foi explicada, em parte, pela influência do ambiente, e, em parte, pela falência da economia, geração de renda e emprego no país que têm impossibilitado às famílias ter uma renda estável e sair da condição de pobreza. Políticas públicas de atendimento às famílias não foram mencionadas pelos participantes.

O estudo indica que a escassez de qualidade de vida apontada no discurso das crianças tem raízes nas questões sociais, culturais e históricas da pobreza e influenciam nos avanços de situações de vulnerabilidade e risco familiar.

A qualidade de vida não se resume a ter ou não dinheiro. Envolve também o afeto, a proteção, a saúde, a vida em família e a segurança. Com base nos resultados temos como desafio mudar a realidade que envolve as famílias empobrecidas, provocar uma mudança cultural da sociedade brasileira no que se refere a essas famílias.

Segundo o UNICEF (2014), o Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência. Tem também a riqueza de sua diversidade. Porém, falta efetivar as políticas existentes e rever políticas que atendam efetivamente as famílias empobrecidas.

Como desafio maior, cabe proporcionar às nossas crianças uma infância feliz, segura e saudável.

AGRADECIMENTO

Agradecimentos à escola participante da pesquisa, às crianças, a PNPD/CAPES Estágio Pós-Doutoral e ao LAPE-UNICENTRO/PR pela oportunidade desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M (Org). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.
- ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BERNARDI, D. C. F. Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).
- BOURDIEU, P. (dir.). A Miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRASIL. UNICEF. Documento de programa de país. UNICEF, Brasília, 2016.
- BRASIL. UNICEF. The State of The World of the Children 2005 – Childhood under Threat. New York: UNICEF, 2005.
- BRASIL. Plano Brasil Sem Miséria. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2013.
- BRONFENBRENNER, U. Fortalecendo os sistemas da família. In U. Bronfenbrenner, Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos (pp. 277-289). Porto Alegre, RS: Artmed, 2011. (Original publicado em 2005).
- CALHEIROS, M. M; MONTEIRO, M. B. Relações familiares e práticas maternas de maus tratos e de negligencia. *Análise Psicológica*, v. 2, n. XXV, p. 195-210, 2007.
- CARNEIRO, C. B. L. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 84, p. 66-90, 2005.
- CASAS, F. Desafios atuais da psicologia na intervenção social; *Universitat de Girona, Espanha. Psicologia e Sociedade*; v. 17, n. 2, p. 42-49, mai/ago, 2005.
- CORAZZA, S. M. Infância e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CUNHA, F. M. F. Pobreza, qualidade de vida e representações das crianças. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia). Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2013.
- CYRULNIK, B. Los patitos feos: la resiliência uma infância infeliz no determina la vida. *Revista Interuniversitária de Formación de Profesorado*. v. 17, n. 3, Zaragoza, España, p. 189-190, 2003.
- D'AROZ, M.S. A vez e a voz de mulheres-mães com filhos e ou netos institucionalizados. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- DEL PRIORE, M. L. M. Infâncias, adolescências e famílias. Capítulo 14 - A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Orgs.). *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232-253.

DEL PRIORE, M. L. M. História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1992.

DELVAL, J. Introdução a Prática do Método Clínico. Porto alegre: Artmed, 2002.

ECA-25 Anos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Avanços e desafios para a infância e adolescência no Brasil, 2015.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1990.

EUROCHILD. Disponível em: www.eurochild.org. Acesso em: 16/12/2018.

FERNANDES, N. Infância, família y violênci: del discurso de la violênci experimentada a la violênci "consentida". In: Servicios sociales y política social: intervenci3n social con infancia y adolescencia. Madrid: Editorial Management, 2015.

FERREIRA, A.; MARTINS, P.C.M. Perceç3o da qualidade de vida: um estudo sobre a perceç3o de crianç:as e jovens em Lares de Infância e Juventude. Dissertaç3o (Mestrado) Braga: Universidade do Minho, 2013.

GARCIA, Alexandre Navarro. Plano Brasil sem miséria. Boletim Regional: informativo da política nacional de desenvolvimento regional. Brasília, DF: Ministério da Integraç3o Nacional. Secretaria de desenvolvimento regional, n. 12. p. 11-18, set./dez. 2010 e jan./abr. 2011.

GASPAR T. (et al). Qualidade de vida e bem-estar em crianç:as e adolescentes. Rev Bras Ter Cogn., v. 2, n. 2, p. 47-60, 2006.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Traduç3o, adaptaç3o transcultural e propriedades psicométricas do KIDSCREEN-52 para a populaç3o brasileira. Rev Paul Pediatr., v. 29, n. 3, p. 364-371, 2011.

GUARESCHI, P. (Org). Psicologia Social do Cotidiano: Representaç3es sociais em Aç3o. Petrópolis: Vozes, 2007.

IBGE-PNAD. Estatística do casamento na atualidade. 2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2018.

KOLLER, S. H.; PETRUCCI, G. W.; BORSA, J. C. A família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. Trends in Psychology / Temas em Psicologia, v. 24, n. 2, p. 391-402, 2016.

KOLLER, S. H. Psicologia Positiva. FAPESP, São Paulo, 2013.

MAIN, G. Child Poverty and Children's Subjective Well-Being. Child Ind Res, v. 7, p. 451-472, 2014.

MASLOW, A. Motivation and personality. New York: Harper, 1954.

O'CONNOR, E.; MCCARTNEY, K. Testing associations between young children's relationships with mothers and teachers. Journal of Educational Psychology, 98, 87-98, 2006.

PACKMANN, M. Risk reduction and the micropolitics of social justice in mental health care. Polytechnic University of Hong Kong. In: ALDARONDO, E. Advancing Social Justice Through Clinical Practice. Miami: University of Miami, 2007.

PAPALIA, D. E.; Olds, S. W.; Feldman, R. D. O mundo da crianç:a. 8. ed. Portugal: McGraw-Hill, 2001.

RIZZINI, I. Raízes históricas das políticas públicas para a infância. São Paulo: Cortez, 2008.

- RIZZINI, I. (et al). Infância e juventude: processos de vulnerabilização e estratégias de resistência na América Latina. *O Social em Questão*. V. XVIII, n. 34, 2015.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.
- SARMENTO, J. M.; TREVISAN, G. A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 17-34, set. 2017.
- SARMENTO, M. J. VEIGA, F. Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Húmus, 2010.
- SIMON, J. B.; MURPHY, J. J.; SMITH, S. *Understanding and Fostering Family Resilience*, 2005.
- SOUSA, L. *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto, 2005.
- TOMÁS, C. As culturas da infância na educação de infância: um olhar a partir dos direitos da criança. *Interações*, n. 32, p. 129-144, 2014.
- UNICEF. *Situação Mundial da Infância 2015: reimagine o futuro. Inovação para cada criança*. 2014. Disponível em: <<https://www.unicef.org/publications/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- VYGOTSKY, L. S. *Obras escogidas V*. Madrid: Centro de Publicaciones Del MEC y Visor Distribuciones, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. Trabalho original publicado em 1930.
- PESQUISA SOBRE FAMÍLIAS. O Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP). Disponível em: <http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/>. Acesso em junho de 2018.
- PESQUISA SOBRE A ONU. Brasil. Disponível em <http://onu.org.br/>. Acesso em junho de 2018.
- PESQUISA SOBRE LOAS. Benefícios. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/tag/loas/>. Acesso em Dezembro de 2018.
- PESQUISA SOBRE A OCD. Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/>. Acesso em Dezembro de 2018.